

Polícia Científica de Alagoas bate recorde em investimentos

Investimentos externos modernizam perícia criminal e fortalecem segurança

A Polícia Científica de Alagoas encerrou 2025 com um recorde histórico em investimentos voltados à modernização e ao fortalecimento da perícia criminal.

Ao todo, foram captados R\$ 7,7 milhões em recursos externos ao Tesouro Estadual, destinados à aquisição de equipamentos, tecnologia de ponta e expansão da capacidade técnica dos institutos periciais, consolidando o órgão como referência na gestão eficiente de verbas para segurança pública.

O volume de recursos chama atenção não apenas pelo valor, mas também pela origem: a totalidade do montante foi captada fora do Tesouro Estadual, por meio de convênios e fundos nacionais, evidenciando uma gestão focada em planejamento e eficiência.

O balanço anual revela um avanço expressivo na execução de projetos financiados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Em comparação aos anos de 2023 e 2024, quando a média de empenhos anuais ficou em torno de R\$ 2,2 milhões, a Polícia Científica conseguiu dobrar esse desempenho em 2025, alcançando R\$ 4,4 milhões em recursos empenhados apenas junto ao fundo federal.



Investimento de 7 milhões viabiliza modernização

O resultado consolida a instituição como uma das mais eficientes do estado na captação e aplicação de verbas externas destinadas à segurança pública.

Os investimentos foram direcionados, principalmente, à modernização tecnológica dos Institutos de Medicina Legal e de Criminalística. Entre os destaques está a aquisição de um scanner corporal Flatscan para o IML de Arapiraca, equipamento avaliado em R\$ 1,3 milhão.

A tecnologia permitirá maior

precisão e agilidade nos exames de necropsia, além de aprimorar a coleta de vestígios e ampliar a segurança das equipes periciais durante os procedimentos.

O Laboratório Forense do Instituto de Criminalística também recebeu reforço significativo com a compra de um Analisador Genético, um Espectrômetro por Transformada de Fourier (FT-IR) e três Cromatógrafos.

Os equipamentos são considerados essenciais para exames de alta complexidade nas áreas de

Ascom/Polícia Civil

Polícia Científica assegurou mais de R\$ 2,1 milhões por meio de convênio com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), além de R\$ 507 mil oriundos de emendas parlamentares.

No fechamento do ano, também foram empenhados R\$ 623.824,96 referentes a dois projetos financiados pelo Fundo Especial de Segurança Pública (Funesp), voltados ao fortalecimento da Informática Forense, especialmente nas perícias em dispositivos móveis.

A ampliação da estrutura técnica e tecnológica da Polícia Científica impacta diretamente a eficácia da persecução penal em Alagoas.

A produção de provas materiais mais robustas contribui para investigações mais precisas, fortalece os inquéritos policiais e amplia a capacidade de identificação de autoria.

O resultado alcançado ao longo de 2025 é atribuído a um planejamento estratégico contínuo e à atuação técnica especializada das equipes responsáveis pela elaboração e execução dos projetos.

A consolidação desses investimentos reforça o papel da Polícia Científica como pilar fundamental do sistema de segurança pública e da justiça criminal em Alagoas.

Ceará reduz mortalidade infantil em 17,6%

O Ceará reduziu em 17,6% a taxa de mortalidade infantil (TMI) entre 2011 e 2024, de acordo com dados do Boletim Epidemiológico Mortalidade Infantil e Fetal da Secretaria da Saúde do Ceará (Sesa). No período, a taxa passou de 13,6 óbitos de crianças menores de um ano por mil nascidos vivos em 2011 para 11,2 em 2024.

Segundo o boletim, nos anos 2011 a 2024, foram notificados no estado 21.221 óbitos em crianças menores de 1 ano, correspondendo a uma média de 1.542 óbitos/ano. Uma das causas apontadas para essa redução, de acordo com a Sesa, são as iniciativas do projeto De Braços Abertos. Lançado em 2024, com o objetivo de organizar e qualificar os atendimentos nas diversas esferas da Atenção Primária, ele busca promover o cuidado integral e ampliar o acesso aos serviços.

Estruturado em três eixos — educação permanente dos profis-

sionais, planificação da atenção à saúde e articulação regional da Atenção Primária —, o projeto tem atuação estratégica na linha de cuidado materno-infantil.

A Sesa explica que a mortalidade infantil pode ser classificada em três componentes: neonatal precoce (óbitos de crianças de 0 a 6 dias de vida completos), neonatal tardia (óbitos de crianças de 7 a 27 dias de vida completos) e pós-neonatal (óbitos de crianças entre 28 e 364 dias).

Nos 14 anos analisados, a taxa média da mortalidade neonatal precoce foi de 6,6 óbitos/ano por mil nascidos vivos, apresentando em 2024 uma redução de 19,4% comparado a 2011. No mesmo período, a mortalidade pós-neonatal registrou uma taxa média de 3,7 óbitos/ano por mil nascidos vivos, máxima de 4,3 no ano de 2011 e mínima de 3,3 nos anos de 2020 e 2023. Entre 2011 e 2024 observa-se uma redução de 16,2%. A mortalidade neonatal tardia manteve-se estável, com

taxa média de 2,0 óbitos/ano, sendo a menor 1,7 em 2021 e máxima de 2,2 nos anos de 2011 e 2013.

Na distribuição regional do número de óbitos e da TMI por mil nascidos vivos, observa-se que, no ano de 2024, a menor taxa foi na Superintendência Regional de Saúde (SR) Cariri (9,8%) e a maior na SR Litoral Leste (12,5%).

Uma das metas do atual Plano Estadual de Saúde é chegar a 2027 com uma taxa de mortalidade infantil de 9,5 óbitos por mil nascidos vivos no Ceará.

A taxa de mortalidade infantil no Brasil tem diminuído significativamente, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrando 12,59 óbitos por mil nascidos vivos em 2023, representando uma queda histórica. Essa redução na taxa de mortalidade é impulsionada principalmente por políticas públicas e avanços na atenção primária.



Taxa de mortalidade infantil tem queda no estado